

DIÁRIO OFICIAL



MUNICIPIO DE BEBEDOURO

<http://sp.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/bebedouro/>



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N. 136 DE 26 DE MARÇO DE 2021

Institui o Programa de Pagamento Incentivado - PPI - junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro - SAAEB Ambiental, conforme estabelece e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Pagamento Incentivado - PPI - junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro - SAAEB Ambiental, pelo qual fica autorizado a conceder anistia de multas e juros de mora dos débitos pelo período fixado no artigo 3º desta lei, relativos a quaisquer débitos e serviços prestados pelo SAAEB, vencidos exclusivamente até 31 de dezembro de 2020, não pagos, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em qualquer fase de execução fiscal, inclusive parcelamentos anteriores não integralmente cumpridos, mediante a concessão de benefícios, cumpridos os prazos especiais e condições de pagamento previstos nesta lei.

Art. 2º A adesão ao Programa de Pagamento Incentivado regulado por esta lei observará o seguinte:

I - os parcelamentos de débitos vigentes à época da adesão serão cancelados, servindo o ato da adesão como notificação do usuário em relação à extinção do(s) referido(s) parcelamento(s), dispensada qualquer outra formalidade;

II - na formalização de novo parcelamento, em relação ao montante do débito, confessado o remanescente, sujeitar-se-á o saldo devedor à atualização monetária na forma prevista em lei.

Art. 3º O valor consolidado como objeto da adesão ao PPI poderá ser pago a partir de 1º de abril de 2021, nas seguintes formas e condições:

I - à vista, com desconto de 100% (cem por cento) dos juros e multa de mora, até 31 de maio de 2021;

II - à vista, com desconto de 80% (oitenta por cento) dos juros e multa de mora, de 1º de junho de 2021 até 31 de agosto de 2021;

III - em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com redução de 70% (setenta por cento) dos juros e multa de mora dos débitos, inclusive aqueles parcelados, reparcelados, rompidos ou não;



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

IV - em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multa de mora dos débitos, inclusive aqueles parcelados, reparcelados, rompidos ou não;

V - em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas, com redução de 30% (trinta por cento) dos juros e multa de mora dos débitos, inclusive aqueles parcelados, reparcelados, rompidos ou não.

§ 1º Nos casos dos incisos III, IV e V, a primeira parcela terá como vencimento a data da realização do acordo e este somente poderá ser celebrado até 31 de agosto de 2021, com parcela mínima não inferior a R\$ 30,00 (trinta reais).

§ 2º As parcelas de que tratam os incisos III, IV e V deste artigo serão atualizadas anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, em caso de sua extinção.

§ 3º Em caso de recolhimento da parcela prevista nos incisos III, IV e V deste artigo com atraso, o valor da parcela atrasada será atualizado pelo índice estipulado no parágrafo anterior, com acréscimo de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

§ 4º Fica vedada a aplicação simultânea dos descontos previstos nos incisos I a V deste artigo.

§ 5º O parcelamento de que trata o caput deste artigo deverá ser procedido de termo de confissão de dívida, do qual implicará o cancelamento da confissão de dívida realizada anteriormente pelo devedor, nos termos do art. 4º da Lei Complementar n. 04/2003.

Art. 4º O usuário devedor que aderir ao Programa de Pagamento Incentivado - PPI - será excluído diante da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

I - não pagamento da parcela única (à vista) no prazo convencionado;

II - inadimplência de 2 (duas) parcelas consecutivas ou não dos incisos III, IV e V do artigo 3º desta lei;

III - inadimplência do pagamento da tarifa de água, esgoto ou outros serviços, após a data da adesão ao PPI.

Parágrafo único. Nos casos de exclusão, prosseguir-se-á na cobrança do débito com a reincorporação da redução concedida na sua integralidade e o valor já pago será apropriado no saldo devedor.

Art. 5º O requerimento de parcelamento em ambos os casos deverá ser instruído com cópia simples dos seguintes documentos:

I - cédula de identidade (RG);

“Deus Seja Louvado”



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

- II - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- III - documento que comprove ser proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel;
- IV - comprovante de endereço.

§ 1º Para usufruir dos benefícios constantes desta lei, o usuário/proprietário deverá comparecer pessoalmente, ou mediante procurador legalmente constituído para esse fim portando instrumento público ou particular de procuração.

§ 2º O parcelamento de débitos ajuizados não dispensa o pagamento de custas, emolumentos judiciais nos cartórios e verbas de sucumbência fixadas em 5% (cinco por cento) para as hipóteses previstas nesta lei, que poderão ser incluídos no parcelamento.

Art. 6º Os débitos existentes em nome do usuário/proprietário serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de parcelamento.

Parágrafo único. Protocolizado o pedido de parcelamento, não se admitirá a inclusão de outros débitos, e eventuais débitos remanescentes poderão ser objeto de novo acordo de parcelamento.

Art. 7º O acordo para pagamento parcelado considerar-se-á:

- I - celebrado, após a assinatura do termo de acordo e pagamento da primeira parcela;
- II - rompido, com a falta de recolhimento, no prazo fixado, de qualquer das parcelas subsequentes à primeira, com a observação da regra disposta no art. 4º desta lei.

§ 1º Em se tratando de débito inscrito e ajuizado, a execução somente terá seu curso suspenso após assinado o termo de acordo, com o recolhimento da primeira parcela.

§ 2º Admitir-se-á o atraso de até 30 (trinta) dias no pagamento da parcela sem que seja considerado rompido o acordo.

§ 3º Para os acordos homologados em Juízo, o executado dar-se-á por citado com a assinatura no documento, por si ou por procurador por ele constituído.

§ 4º O acordo celebrado não representa nenhuma espécie de novação, ficando os débitos que o compõem suspensos até integral quitação do avençado.

Art. 8º O débito consolidado na forma do artigo anterior será corrigido monetariamente e de forma anual pelo índice utilizado pelo município (IPCA) conforme observado no art. 3º, § 2º, desta lei.

Parágrafo único. Os pagamentos efetuados serão creditados sucessivamente nas contas que integram o parcelamento até que haja a quitação de cada uma delas e seus encargos, observada a maior antiguidade das dívidas que compõem o acordo.

“Deus Seja Louvado”



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 9º Ocorrendo o rompimento do acordo, prosseguir-se-á, independentemente de notificação, na cobrança do saldo remanescente, sujeitando-se o saldo devedor à atualização monetária e juros de mora na forma prevista na legislação federal e municipal aplicáveis.

§ 1º O rompimento do acordo acarretará, conforme o caso:

I - a inscrição, protesto e ajuizamento de débito não inscrito na dívida ativa;

II - o imediato prosseguimento na execução do débito inscrito e ajuizado.

§ 2º Os débitos objeto de parcelamento, sem prejuízo das providências previstas nos incisos I e II do § 1º deste artigo, poderão ser reparcelados, desde que ocorra até 31 de agosto de 2021.

Art. 10. A data do vencimento de cada parcela será indicada na correspondente guia de recolhimento, ficando o SAAEB autorizado a incluir o valor do parcelamento na conta mensal de consumo de água e esgoto.

Parcelamento no Exercício de 2021

Art. 11. Os débitos do período de vencimento compreendido entre os meses janeiro a julho de 2021 poderão ser parcelados em até 6 (seis) vezes, com parcela mínima não inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), desde que a adesão seja realizada até 31 de agosto de 2021.

§ 1º O referido parcelamento deverá ser finalizado dentro do exercício de 2021, isto é, o número máximo de parcelas será limitado até dezembro de 2021.

§ 2º Protocolizado o pedido de parcelamento, não se admitirá a inclusão de outros débitos, e eventuais débitos remanescentes do período do vencimento compreendido entre os meses de janeiro a julho de 2021 poderão ser objeto de novo acordo de parcelamento, se adimplido o parcelamento anterior e desde que o número de parcelas esteja dentro do limite inserido no § 1º deste artigo.

§ 3º O parcelamento de que trata o caput deste artigo deverá ser procedido de termo de confissão de dívida, o qual implicará o cancelamento da confissão de dívida realizada anteriormente pelo devedor, por meio da Lei Complementar n. 04/2003, caso corresponda ao mesmo período.

§ 4º Aplica-se a este parcelamento as regras constantes dos incisos I e II do art. 7º, assim como o não cumprimento do parcelamento implicará o vencimento antecipado das parcelas, bem como a interrupção do fornecimento de água por inadimplência.

“Deus Seja Louvado”



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 12. Aplicam-se aos débitos de que trata esta lei, subsidiariamente, na ausência de lei específica para a autarquia, o disposto sobre responsabilidade tributária e penalidades previstas em leis municipais, no Código Tributário Nacional e no Regulamento de Serviços do SAAEB, veiculado por decreto.

Art. 13. O Poder Executivo e, na medida de sua competência, o presidente do SAAEB, editarão os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta lei.

Art. 14. No mês de março de 2021 o SAAEB notificará os usuários informando o valor devido em aberto da unidade consumidora do imóvel, sem a inclusão do valor já parcelado na unidade consumidora.

Art. 15. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 26 de março de 2021.

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 26 de março de 2021

Ivanira A de Souza
Secretaria

“Deus Seja Louvado”